



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

Recorrente : LATICÍNIO SAN RAFAEL LTDA.  
Recorrida : DRJ em Salvador - BA

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Segundo Conselho de Contribuintes  
Centro de Documentação

**RECURSO ESPECIAL**  
Nº RP/203-118669

**NORMAS PROCESSUAIS - INCONSTITUCIONALIDADE - EFICÁCIA EX TUNC** - A retirada do mundo jurídico de atos inquinados de ilegalidade e de constitucionalidade revigora as normas complementares, indevidamente alteradas, e a legislação não contaminada.

**PIS - FALTA DE RECOLHIMENTO** - A falta do regular recolhimento da contribuição autoriza o lançamento de ofício para exigir o crédito tributário devido, com os seus consectários legais.

**SEMESTRALIDADE DE OFÍCIO** - Aplicabilidade do art. 462 do CPC, que diz que: *"Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença."*

**LC 7/70** - Ao analisar o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 7/70, há de se concluir que "faturamento" representa a base de cálculo do PIS (faturamento do sexto mês anterior), inerente ao fato gerador (de natureza eminentemente temporal, que ocorre mensalmente), relativo à realização de negócios jurídicos (venda de mercadorias e prestação de serviços). A base de cálculo da contribuição em comento permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP nº 1.212/95, quando, a partir dos efeitos desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado o faturamento do mês anterior.

**Recurso ao qual se dá provimento parcial.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**LATICÍNIO SAN RAFAEL LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto da Relatora.** Vencidos os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Maria Cristina Roza da Costa e Otacílio Dantas Cartaxo, em relação à semestralidade de ofício.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2002

Otacílio Dantas Cartaxo  
Presidente

Maria Teresa Martinez López  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antônio Augusto Borges Torres, Lina Maria Vieira, Adriene Maria de Miranda (Suplente), e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.  
Ausente, justificadamente, o Conselheiro Mauro Wasilewski.

cl/cf/ja



**Processo nº** : 10530.001858/96-63  
**Recurso nº** : 118.669  
**Acórdão nº** : 203-08.512

**Recorrente** : LATICÍNIO SAN RAFAEL LTDA.

## RELATÓRIO

Contra a empresa nos autos qualificada foi lavrado auto de infração, exigindo-lhe a Contribuição para o PIS no período entre 11/93 e 11/95.

Inconformada a contribuinte apresenta impugnação onde diverge tão-somente da alíquota aplicada no lançamento. Aduz que procedeu de acordo com os Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, então vigentes, não os contestando. Assim, em face dos princípios da presunção de constitucionalidade e da legitimidade, não se lhe pode atribuir culpa e penalizá-la. Finaliza requerendo a improcedência do auto de infração.

A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Salvador - BA manifestou-se, pela Decisão DRJ/SDR nº 185/99, no sentido da procedência parcial do lançamento. A ementa dessa decisão possui a seguinte redação:

*"Contribuição para o Programa de Integração Social.  
Fato Gerador: 11/93 a 02/94, 05/94 a 12/94, 07/95 a 11/95*

*PIS-Faturamento. Falta de recolhimento.*

*Apurada a falta ou insuficiência de recolhimento da Contribuição para o Programa de Integração Social, é devida sua cobrança, com os encargos legais correspondentes.*

*Fato gerador. Legislação aplicável.*

*O pagamento efetuado, no vencimento e na forma determinada pelos Decretos-Leis nºs 2445/88 e 2449/88, satisfaz plenamente a obrigação tributária e consolida-se em ato jurídico perfeito.*

*Lançamento Parcialmente Procedente".*

Consta das razões de decidir pela autoridade de primeira instância o seguinte:

*"Objetivando tornar claro o pensamento, impende fragmentar a peça fiscal em duas seções distintas: 1) fatos geradores ocorridos até 30/09/95; e 2) fatos geradores após 01/10/95.*

*Na primeira seção, os recolhimentos referentes aos períodos de apuração de dezembro de 1993, janeiro, maio, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1994 efetivamente atenderam à legislação então vigente, Decretos-Leis nºs 2445 e 2449/88.*

*O Decreto-Lei nº 2445/88, com nova redação dada pelo Decreto-Lei nº 2449/88, alterou a legislação do PIS, modificando a alíquota*

*P*



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

*para 0,65% e a base de cálculo - que passou a ser a Receita Operacional Bruta (art. 1º, inciso V do Decreto-Lei nº 2.445/88, alterado pelo Decreto-Lei nº 2.449/88), para os fatos geradores ocorridos a partir de julho de 1988.*

*Consoante com o Parecer MF/SRF/COSIT/DIPAC nº 156/96, o contribuinte que houver recolhido a contribuição para o PIS de acordo com os Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 não deve ser autuado, 'visto que o contribuinte efetuou o pagamento na forma determinada pela legislação aplicável à época'.*

*Houve, assim, ato jurídico perfeito - ato consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. E que segundo o Prof. Celso Ribeiro Bastos - 'é aquele que, se bem que acabado quanto aos elementos de sua formação, aguarda um instante ainda, ao menos virtual ou potencial, de vir a produzir efeitos no futuro'.*

*E a noção de direito adquirido, do mesmo autor, também se faz presente: 'é a faculdade de continuar a extraírem-se efeitos de ato contrário aos previstos pela lei atualmente em vigor, ou, se preferirmos, continuar-se a gozar dos efeitos de uma lei pretérita mesmo depois de ter ela sido revogada' (in Comentários à Constituição do Brasil, 2º Volume, São Paulo, Ed. Saraiva, 1989, pp. 197 e 192, respectivamente).*

*Ainda em relação à primeira seção, observa-se que nos períodos de novembro de 1993, fevereiro, junho, julho e agosto de 1994, e agosto de 1995, houve recolhimento com base nos referidos decretos-leis, sendo, contudo, inferior à contribuição devida.*

*O Parecer MF/SRF/COSIT/DIPAC nº 156, de 07/05/96, dispõe que 'No caso de falta ou insuficiência de recolhimento de acordo com a legislação vigente à época, apurada após a Resolução SF nº 49/95, deverá ser efetuado lançamento de ofício com base na Lei Complementar nº 07/70 e alterações posteriores.'*

*Contudo, no Auto de Infração, a fiscalização lançou a contribuição devida com base na Lei Complementar nº 07/70 deduzindo-se a parcela paga.*

*(...)*

*Destaque-se, ainda, que a contribuinte não recolheu a contribuição devida nos períodos de julho e setembro de 1995. Assim, uma vez que não houve recolhimento, a exigência tributária nestes meses deve ser mantida como formulada, inclusive quanto à alíquota questionada pela impugnante, 0,75%. Com o advento da Resolução do Senado Federal nº 49/95, publicada em outubro de 1995, simplesmente desapareceram do ordenamento*



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

*jurídico os DDLL (2.445 e 2.449/88) que alteraram a Lei Complementar originária. Assim, voltam a ser aplicáveis as disposições da Lei Complementar nº 7/70, com as alterações posteriores que com a mesma sejam consentâneas.*

*Quanto à segunda seção (fatos geradores ocorridos após 01/10/95), no presente lançamento foi aplicada a alíquota de 0,65%, dissolvendo-se, assim, a única argumentação da impugnante, que questionou a utilização da alíquota de 0,75%.*

A contribuinte, inconformada com a decisão de primeira instância, apresenta recurso, onde aduz que: (sic)

*"Com relação à secção nº 1, aplicou-se coerentemente, exonerando o contribuinte da exigência reclamada em decorrência da diferença de alíquota. Divergiu, porém, quanto à base de cálculo e por isso manteve a cobrança de 589,28 UFIR, o que, pela dificuldade, a esta altura, da prova em contrário, conjugada com a imaterialidade do valor da exigência, a recorrente não pretende discutir.*

*Todavia, com relação à secção nº 2, discorda, em razão de ter sido dado a fatos geradores anteriores a 01.10.95 o mesmo tratamento dado a fatos posteriores a essa data, mantendo-se assim, integralmente (salvo pequeno ajuste em 31.08.95), os valores lançados no auto de infração.*

*É o que se constata no quadro de fls. 4 da Decisão: foram mantidos os valores lançados, relativos aos fatos geradores de 31.07, 31.08 e 31.09.95, quando evidentemente esses fatos ocorreram antes de 01.10.95, pois se inserem na secção nº 1, razão por que deveriam ter sido exonerados.*

*Dante do exposto, vem a recorrente pedir a reforma parcial da Decisão, para que sejam excluídos da exigência os valores relativos a 31.07, 31.08 e 31.09.95, respectivamente de R\$7.149,17, R\$6.232,19 e R\$5.678,13, totalizando R\$19.059,49."*

É o relatório.



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

## VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ

O recurso é tempestivo e dele conheço.

Insurge-se a recorrente quanto aos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de ato legal. O Senado Federal, no uso de sua competência constitucional (art. 52, inciso X), editou a Resolução nº 49, de 1995, suspendendo a execução dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1998, declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

Segundo jurisprudência da Suprema Corte, tais declarações de inconstitucionalidade encerram efeitos *ex tunc*, contendo caráter eminentemente declaratório. É o que se depreende da decisão exarada na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade nº 652-5-MA<sup>1</sup>, a seguir transcrita:

*"A declaração de inconstitucionalidade de uma lei alcança, inclusive atos pretéritos, com base nela praticados, eis que o reconhecimento desse supremo vício jurídico, que inquia de total nulidade os atos emanados pelo Poder Público, desampara as situações constituídas sob sua égide e inibe – ante a sua inaptidão para produzir efeitos jurídicos – a possibilidade de invocação de qualquer direito."*

Nesta mesma linha de pensamento, a Administração Pública Federal também encampou a teoria do efeito *ex tunc* das resoluções senatoriais suspensivas da execução da lei, como se verifica no disposto no Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997, assim ordenado:

*"Art. 1º - As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem, de forma inequívoca e definitiva, interpretação do texto constitucional deverão ser uniformemente observadas pela Administração Pública Federal indireta, obedecidos aos procedimentos neste Decreto.*

*§ 1º Transitada em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia *ex tunc*, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma jurídica declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não for mais suscetível de revisão administrativa ou judicial."*

Tal ineficácia *ex tunc* da legislação declarada inconstitucional não se equipara à revogação dessa legislação. A consequência jurídica é, ao revés, a inexistência da norma desde a sua origem, revertendo-se os efeitos produzidos ao longo do período em que foi eficaz, amparada pela premissa da constitucionalidade da ordem vigente. Assim tem sido o posicionamento do Pretório Excelso, como por exemplo no RE nº 148.754-2/RJ, em que se

<sup>1</sup> IOB/Jurisprudência, edição 09/93, caderno 1, p. 177, texto 1/6166



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

entendeu procedente a cobrança da parcela do PIS proporcional ao Imposto de Renda (PIS/Dedução e PIS/Repique), prevista na Lei Complementar nº 7/70, mesmo tendo sido esta imposição revogada pelo artigo 10 do Decreto-Lei nº 2.445/88.

Declarada, portanto, **inconstitucional** uma portaria ou uma norma, deve-se aplicar integralmente a lei anterior vigente, sem falar em **repristinação**, em princípio afastada em nosso ordenamento (art. 2º, § 3º, da Lei de Introdução ao Código Civil). Daí decorre que o sistema de cálculo do PIS, consagrado nas Leis Complementares nºs 7/70, art. 3º, "b", e 17/73, art. 1º, parágrafo único, encontram-se plenamente em vigor e a Administração está obrigada a exigir a contribuição, nos termos destes diplomas.

Assim, a exigência do tributo pela legislação anterior somente é pertinente porque foi demonstrado nos autos que a contribuinte, no período restante do lançamento, não efetivou o recolhimento na forma estabelecida pelos famigerados Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88.

#### **Faturamento do sexto mês anterior.**

*A priori*, uma vez restaurada a sistemática da Lei Complementar nº 7/70, pela declaração de **inconstitucionalidade** dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/98 pelo Supremo Tribunal Federal e pela Resolução do Senado Federal nº 49 (DOU de 10/10/95), no cálculo do PIS das empresas mercantis, a base de cálculo "**deveria**" ter sido a do sexto mês anterior, sem a atualização monetária. Nesse sentido, passo às seguintes observações.

A um a matéria pertinente à semestralidade, ainda que não levantada pela contribuinte, diz respeito ao próprio lançamento – ato privativo da autoridade pública -, assim, pode e deve o julgador examiná-la a qualquer tempo, ao dever de não ocasionar, em contrariedade à lei, prejuízos a direitos e interesses da contribuinte. A razão disso está na circunstância de que o Conselho de Contribuintes funciona como órgão de revisão dos atos administrativos. Se o ato administrativo não está conforme a lei, como não está, deve o julgador manifestar-se, independentemente de ter sido alegado pela parte. É, na verdade, o poder de tutela jurídica dos direitos e interesses públicos e privados. Esse poder de tutela do direito é o poder-dever de observar as normas legais e de atuá-las, efetivando direitos e obrigações - quer públicos quer privados -, porque resulta de obrigação jurídica e que se efetiva mediante atos administrativos. Assim, na obrigação de aplicar o bom direito é que passo a examinar a matéria.

A dois, o Código de Processo Civil dispõe, em seu artigo 462, que: "Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença." Nesse sentido, o *jus superveniens* adveio dos julgamentos ocorridos no Superior Tribunal de Justiça, devendo o julgador leva-los em consideração, independentemente de quem possa ser com eles beneficiados.

Assim, na obrigação de aplicar o bom direito é que passo a examinar a matéria.

Uma vez restaurada a sistemática da Lei Complementar nº 7/70, pela declaração de **inconstitucionalidade** dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/98 pelo Supremo



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

Tribunal Federal e Resolução do Senado Federal nº 49 (DOU de 10/10/95), no cálculo do PIS das empresas mercantis, a base de cálculo é a do sexto mês anterior, sem a atualização monetária. A questão já foi por diversas vezes analisada pela CSRF, de forma que reitero o que lá já foi definido. Nesse sentido, reproduzo o meu entendimento já expresso, quando Relatora naquela instância, no Acórdão CSRF/02-0.871, em Sessão de 05 de junho de 2000.

Tenho comigo que a Lei Complementar nº 7/70 estabeleceu, com clareza (muito embora admita que o conceito de clareza é relativo, dependendo do intérprete), que a base de cálculo da Contribuição para o PIS é o valor do faturamento do sexto mês anterior, ao assim dispor, no seu artigo 6º, parágrafo único:

*"A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente." (negrito)*

Assim, a empresa, com respaldo no texto acima transscrito, não recolhe a contribuição de seis meses atrás. Recolhe, isto sim, a contribuição do próprio mês. A base de cálculo é que se reporta ao faturamento de seis meses atrás. Logo, o fato gerador ocorre no próprio mês em que o encargo deve ser recolhido. Dessa forma, claro está que uma empresa, ao iniciar suas atividades, nada deve ao PIS, durante os seis primeiros meses, ainda que já tenha formado a sua base de cálculo, como também é verdade que, quando da sua extinção, nada deverá recolher sobre o faturamento ocorrido nos últimos seis meses, pois não terá ocorrido o fato gerador. Como bem lembrado pelo respeitável Antônio da Silva Cabral (Processo Administrativo Fiscal – Ed. Saraiva – 1993 – pág. 487/488) *"... os juristas, são unâimes em afirmar que o trabalho do intérprete não está mais em decifrar o que o legislador quis dizer, mas o que realmente está contido na lei. O importante não é o que quis dizer o legislador, mas o que realmente disse."*

A situação acima permaneceu até a edição da Medida Provisória nº 1.212, de 28/11/95, que conferiu novo tratamento ao PIS. Observa-se que a referida Medida Provisória foi editada e renumerada inúmeras vezes (MP nºs 1249/1286/1325/1365/1407/1447/1495/1546/1623 e 1676-38) até ser convertida na Lei nº 9.715, de 25/11/98. A redação, que vige atualmente, até o presente estudo, é a seguinte:

*"Art. 2º - A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:*

*I – pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhe são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês." (MP nº 1676-36)*

O problema, portanto, passou a residir, no período de outubro de 1988 a fevereiro de 1996 (ADIN nº 1417-0), no que se refere a se é devido ou não a respectiva atualização quando da utilização da base de cálculo do sexto mês anterior.

Ao analisar o disposto no referido artigo 6º, parágrafo único, há de se concluir que “faturamento” representa a base de cálculo do PIS (faturamento do sexto mês anterior),



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

inerente ao fato gerador (de natureza eminentemente temporal, que ocorre mensalmente), relativo à realização de negócios jurídicos (venda de mercadorias e prestação de serviços). Não há, neste caso, como dissociar os dois elementos (base de cálculo e fato gerador) quando se analisa o disposto no referido artigo.

E nesse entendimento vieram sucessivas decisões do Primeiro Conselho de Contribuintes, no sentido de que essa base de cálculo é, de fato, o valor do faturamento do sexto mês anterior (Acórdãos nºs 107-05.089; 101-87.950; 107-04.102; 101-89.249; 107-04.721; 107-05.105, dentre outros).

O assunto também foi objeto do Parecer PGFN nº 1185/95, posteriormente modificado pelo Parecer PGFN/CAT nº 437/98, assim concluído na época:

*“III – Terceiro Aspecto: a vigência da Lei Complementar nº 7/70.*

*10. A suspensão da execução dos decretos-leis em pauta em nada afeta a permanência do vigor pleno da Lei Complementar nº 7/70. (...).*

*12. Descendo ao caso vertente, o que jurisprudência e doutrina entendem, sem divergência, é que as alterações inconstitucionais trazidas pelos dois decretos-leis examinados deixaram de ser aplicados *inter partes*, com a decisão do STF: e, desde a Resolução, deverão deixar de ser aplicadas *erga omnes*. Com isso voltam a ser aplicados, em toda a sua integralidade, o texto constitucional infringido e, com ele, o restante do ordenamento jurídico afetado, com a Lei Complementar nº 7/70 que o legislador intentara modificar.*

*13. Mas há outro argumento que põe pá de cal em qualquer discussão. Se os dois decretos-leis revogaram a Lei-Complementar nº 7/70, o art. 239, *caput*, da Constituição, que lhes foi posterior, reprimirá inteiramente a Lei Complementar. Assim, entender que o PIS não é devido na forma da Lei Complementar nº 7/70 é afrontar o art. 239 da CRFB.*

*14. Em suma: o sistema de cálculo do PIS consagrado na Lei Complementar nº 7/70 encontra-se plenamente em vigor e a Administração está obrigada a exigir a contribuição nos termos desse diploma.”* (destaquei)

Posteriormente, a mesma respeitável Procuradoria vem, no reexame da mesma matéria, através do citado Parecer nº 437/98, modificando entendimento anterior, assim se manifestar:

*“7. É certo que o art. 239 da Constituição de 1988 restaurou a vigência da Lei Complementar nº 7/70, mas, quando da elaboração do Parecer PGFN/nº 1185/95 (novembro de 1995), o sistema de cálculo da contribuição para o PIS, disposto no parágrafo único do art. 6º da citada Lei Complementar, já fora alterado, primeiramente pela Lei nº 7691, de 15/12/88, e depois, sucessivamente, pelas Leis nºs. 7799, de 10/07/89, 8218, de 29/08/91, e 8383,*



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

*de 30/12/91. Portanto, a cobrança da contribuição deve obedecer à legislação vigente na época da ocorrência do respectivo fato gerador e não mais ao disposto na L.C. nº 7/70. (...).*

*46. Por todo o exposto, podemos concluir que:*

*I - a Lei 7691/88 revogou o parágrafo único do art. 6º da L.C. nº 7/70; não sobreviveu, portanto, a partir daí, o prazo de seis meses, entre o fato gerador e o pagamento da contribuição, como originalmente determinara o referido dispositivo;*

*II - não havia, e não há, impedimento constitucional à alteração da matéria por lei ordinária, porque o PIS, contribuição para a seguridade social que é, prevista na própria Constituição, não se enquadra na exigência do § 4º do art. 195 da C.F., e assim, dispensa lei complementar para sua regulamentação; (...).*

*VI - em decorrência de todo o exposto, impõe-se tornar sem efeito o Parecer PGFN/Nº 1185/95. " (negrito)*

Com o máximo de respeito, uso discordar do Parecerista quando conclui, de forma equivocada, que “*a Lei 7.691/88 revogou o parágrafo único do artigo 6º da LC nº 7/70*” e, desta forma, continua, “*não sobreviveu, portanto, a partir de aí, o prazo de seis meses, entre o fato gerador e o pagamento da contribuição, como originalmente determinara o referido dispositivo.*” Em primeiro lugar, ao analisar a citada Lei nº 7.691/88, verifico a inexistência de qualquer preceito legal disposto sobre a mencionada revogação. Em segundo lugar, a Lei nº 7.691/88 tratou de matéria referente à correção monetária, bem distinta da que supostamente teria revogado, ou seja, “*base de cálculo*” da contribuição. Além do que, em terceiro lugar, quando da publicação da Lei nº 7.691/88, de 15/12/88, estavam vigente, sem nenhuma suspeita de ilegalidade, os Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, não havendo como se pretender que estaria sendo revogado o dispositivo da lei complementar que cuidava da base de cálculo da exação, até porque, à época, tinha-se por inteiramente revogada a referida lei complementar, por força dos famigerados decretos-leis, somente posteriormente julgados inconstitucionais. O mesmo aconteceu com as Leis que vieram após, citadas pela respeitável Procuradoria (nºs 7.799/89, 8.218/91 e 8.383/91), ao estabelecerem novos prazos de recolhimento, não guardando correspondência com os valores de suas bases de cálculo. A bem da única verdade, tenho comigo que a base de cálculo do PIS somente foi alterada, passando a ser o faturamento do mês anterior, quando da vigência da Medida Provisória nº 1.212/95, retromencionada.

Com efeito, verifica-se, pela leitura do parágrafo único do artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70, anteriormente reproduzido, que o mesmo não está cuidando do prazo de recolhimento, e sim da base de cálculo. Aliás, tanto é verdade que o prazo de recolhimento da contribuição só veio a ser fixado com o advento da Norma de Serviço CEF-PIS nº 02, de 27 de maio de 1971, a qual, em seu artigo 3º, expressamente dispunha o seguinte:

*f*



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

*"3 – Para fins da contribuição prevista na alínea 'b', do § 1º, do artigo 4º, do Regulamento anexo à Resolução nº 174 do Banco Central do Brasil, entende-se por faturamento o valor definido na legislação do imposto de renda, como receita bruta operacional (artigo 157, do Regulamento do Imposto de Renda), sobre o qual incidam ou não impostos de qualquer natureza.*

*3.2 – As contribuições previstas neste item serão efetuadas de acordo com o § 1º do artigo 7º, do Regulamento anexo à Resolução nº 174, do Banco Central do Brasil, isto é, a contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro e assim sucessivamente.*

*3.3 – As contribuições de que trata este item deverão ser recolhidas à rede bancária autorizada até o dia 10 (dez) de cada mês.” (grifei)*

Claro está, pelo acima exposto, que, enquanto o item 3.2 da Norma de Serviço cuidou da base de cálculo da exação, nos exatos termos do artigo 6º da Lei Complementar nº 7/70, o item 3.3 cuidou, ele sim, especificamente, do prazo para seu recolhimento.

A corroborar tal entendimento, basta verificar que, posteriormente, com a edição da Norma de Serviço nº 568 (CEF/PIS nº 77/82), o prazo de recolhimento foi alterado para o dia 20 (vinte) de cada mês. Vale dizer, a Lei Complementar nº 7/70 jamais tratou do prazo de recolhimento, como induz a Fazenda Nacional, e sim de fato gerador e base de cálculo.

Por outro lado, se o legislador tivesse tratado, no referido artigo 6º, parágrafo único, de “regra de prazo”, como querem alguns, usaria a expressão: “o prazo de recolhimento da contribuição sobre o faturamento, devido mensalmente, será o dia 10 (dez) do sexto mês posterior.” Mas não, disse com todas as letras que: “a contribuição de julho será calculada com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente.”

No caso em tela, defendo o argumento de que se trata de inexistência de lei instituidora de correção da base da contribuição antes do fato gerador e não de contestação à correção monetária como tal. Não pode, ao meu ver, existir correção de base de cálculo sem previsão de lei que a institua. Na época, os contribuintes não atualizavam a base de cálculo por ocasião de seus recolhimentos, não o podendo agora igualmente.

Portanto, verifica-se que o Parecer PGFN/CAT nº 437/98 não logrou contraditar os sólidos fundamentos que lastraram as diversas manifestações doutrinárias e decisões do Judiciário e do Conselho de Contribuintes no sentido de que a base de cálculo da Contribuição ao PIS, na forma da Lei Complementar nº 7/70, ou seja, faturamento do sexto mês anterior, deve permanecer em valores históricos.

A jurisprudência também registra idêntico posicionamento. Veja-se o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 240.938/RS (1999/0110623-0), publicado no DJ de 15 de maio de 2000, cuja ementa está assim parcialmente reproduzida:



Processo nº : 10530.001858/96-63  
Recurso nº : 118.669  
Acórdão nº : 203-08.512

*"... 3 - A base de cálculo da contribuição em comento, eleita pela LC 7/70, art. 6º, parágrafo único ('A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro, e assim sucessivamente'), permaneceu incólume e em pleno vigor até a edição da MP 1.212/95, quando, a partir desta, a base de cálculo do PIS passou a ser considerado 'o faturamento do mês anterior' (art. 2º)...".*

Igualmente, veja-se o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial nº 144.708/RS (1997/0058140-3), publicado no DJ de 08 de outubro de 2001, cuja ementa está assim parcialmente reproduzida:

- "1. O PIS semestral, estabelecido na LC 07/70, diferentemente do PIS REPIQUE – art. 3º, letra 'a' da mesma lei – tem como fato gerador o faturamento mensal.*
- 2. Em benefício do contribuinte, estabeleceu o legislador como base de cálculo, entendendo-se como tal a base numérica sobre a qual incide a alíquota do tributo, o faturamento de seis meses anteriores à ocorrência do fato gerador – art. 6º, parágrafo único da LC 07/70.*
- 3. A incidência da correção monetária, segundo posição jurisprudencial, só pode ser calculada a partir do fato gerador.*
- 4. Corrigir-se a base de cálculo do PIS é prática que não se alinha à previsão da lei e à posição da jurisprudência.*

*Recurso especial improvido."*

Dessa forma, diante de tudo o mais retro-exposto, impõe-se o deferimento do recurso apenas para admitir a exigência do PIS a ser calculado mediante as regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 7/70, e, portanto, sobre o faturamento do sexto mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, sem a atualização monetária da sua base de cálculo.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2002

  
MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ